

Diário do Pará

PARÁ
que orgulha e *Transforma*
6ª EDIÇÃO

✕ diariodopara f jornaldiariodopara @jornaldiariodopara

diariodopara.com.br
SÁBADO e DOMINGO, Belém-PA, 05 e 06/07/2025



Se inspire nos
bons exemplos!

Confira neste suplemento especial
as boas práticas que ajudam
a defender o meio ambiente
e a comunidade do Pará.




agropalma


ALUBAR

Oferecimento:


BANCO DA AMAZÔNIA


Claro



FOTO: JÚLIO NEGRÃO / ASCOM ENACTUS UFPA

Dentro das comunidades da Amazônia, a luz se fez...

Projeto de estudantes da UFPA desenvolve modelo de poste híbrido projetado para fornecer energia limpa e acessível a comunidades da Amazônia, mesmo em lugares mais remotos. Conheça mais!

INICIATIVA

Cintia Magno

A realidade vivenciada por populações ribeirinhas que dependem do uso de geradores a diesel para ter acesso a energia elétrica foi o ponto de partida para uma iniciativa que já começou a transformar vidas não apenas no Estado do Pará, mas para além dele. Reunindo estudantes de diferentes cursos de graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA) que integram o time

Enactus UFPA, o projeto Biolume desenvolveu um modelo de poste híbrido projetado para fornecer energia limpa e acessível a comunidades remotas na Amazônia.

Produzidos a partir de canos PVC e lâmpadas movidas a energia solar, os postes desenvolvidos pelo projeto capturam energia solar durante o dia e a ideia é que, nos momentos em que a energia solar não seja suficiente, eles também possam ser alimentados por um sistema de geração de energia a partir de biocombustível proveniente de óleo vegetal reciclado. “A ideia surgiu quando a

gente percebeu que em muitas comunidades remotas não havia energia.

“Não tinha tanto iluminação pública, quanto energia dentro das casas. Então, a gente pensou em reutilizar o óleo de cozinha e assim transformá-lo em biodiesel. A gente começou os estudos desse óleo de cozinha para transformar em biodiesel e hoje a gente está na etapa de validação”, explica a presidente do Time Enactus UFPA, Evelyn Mesquita.

➔ CONTINUE LENDO
PÁGINA 4

9.749 pessoas em
33 comunidades com
1 certeza:
o futuro que
desejamos nós
fazemos hoje,
juntos

Alan e Antonio Gabriel,
netos da dona Lucineia,
da comunidade Cipoteuá (PA)

Guiados pelo compromisso com o planeta e as pessoas, buscamos no diálogo e na colaboração com a população as soluções para promover o desenvolvimento socioeconômico das comunidades do nosso entorno com a preservação da floresta e da biodiversidade na Amazônia. Assim nasceu o **SOMAR**, nosso programa de responsabilidade socioambiental.

Implementado em 2023 em parceria com a Earthworm Foundation e o apoio do Instituto Peabiru como uma evolução das nossas estratégias de gestão socioambiental na região, o **SOMAR** já propiciou importantes melhorias nas áreas de educação, infraestrutura, meio ambiente, saúde e bem-estar. E assim seguirá avançando – e provando, como acreditamos, que é possível criar valor sem destruir.



agropalma

www.agropalma.com.br/sustentabilidade



Integrantes do Time Enactus, que desenvolve uma série de projetos com foco nas comunidades

FOTO: ASCOM ENACTUS / UFPA

Enquanto os estudos com biodiesel são validados, o time começou a produzir os postes feitos de PVC e luminárias fotovoltaicas, uma tecnologia de baixo custo que já vem sendo implantada. Na fase atual do projeto, mais de 50 postes já foram instalados em diferentes comunidades. “A proposta do Biolumé é conseguir garantir tanto a iluminação pública, quanto também futuramente a iluminação para dentro das casas, com biodiesel, nos geradores”.

Batizados de postes Atiaia, as tecnologias já foram implantadas tanto na Amazônia, como em Porto Alegre, Brasília e em dois países da África. Especificamente no Estado do Pará, foram implantados postes na comunidade de Arapiranga, que pertence à Ilha das Onças, município de Barcarena; na comunidade de Baixo Itacuruçá, em Abaetetuba; e em Itacoã-Miri, que pertence ao Acará. “A gente tem muito depoimento das comunidades em que eles relatam, principalmente, que antes não conseguiam se locomover à noite. Eles precisavam utilizar lanternas para conseguir andar nas vias e com os nossos postes eles não precisam mais porque a gente consegue iluminar todas as vias”, conta Evelyn. “E, também, quando eles acordam muito cedo para conseguir pegar o açai ou para fazer alguma outra coisa den-

tro da comunidade, eles já conseguem porque os postes estão iluminando todas as vias que eles trafegam”. Mais do que a vida das pessoas que vivem nessas comunidades, a iniciativa também contribui com uma transformação que afeta a todos, mesmo os que vivem nos centros urbanos, a valorização de uma geração de energia limpa, sem emissão de CO₂. “Com essas nossas tecnologias - essa é a primeira, mas a gente também tem alguns outros protótipos - a gente consegue diminuir bastante a emissão de CO₂. Essa é uma das nossas propostas também, conseguir fazer essas tecnologias de baixo custo e evitar cada vez mais essas emissões”. A iniciativa, tocada por um time multidisciplinar que reúne alunos de engenharia elétrica, engenharia química,

O PROJETO

- O Projeto Biolumé é um dos projetos de empreendedorismo social tocados pelo time Enactus UFPA, organização formada por estudantes da Universidade engajados com a transformação da realidade local. A Enactus é uma organização internacional sem fins lucrativos dedicada a inspirar alunos universitários a melhorar o mundo através do empreendedorismo.



Evelyn Mesquita FOTO: ASCOM ENACTUS / UFPA

publicidade e propaganda, administração, dentre outros cursos, já foi inclusive reconhecida internacionalmente, levando soluções pensadas na Amazônia para o conhecimento do mundo.

Em abril de 2025, o projeto Biolumé foi vice-campeão do Prêmio internacional ACT Bright Future Prize 2025, que incentiva projetos de transformação social feitos por jovens para suas comunidades, sendo ele o único representante da Região Norte do Brasil entre os oito finalistas do mundo. Antes disso, em 2024, o projeto já havia sido vice-campeão do Enactus World Cup. “Foi muito importante para a gente ter esse reconhecimento para conseguir levar cada vez mais essas nossas tecnologias a mais comunidades. E assim a gente está conseguindo implementar em todo o Brasil e o nosso projeto é, assim como a gente já iluminou dois países na África, levar para o outros países também”, pontua Evelyn Mesquita. “A gente conta muito com o apoio da UFPA, com os seus laboratórios, para a gente conseguir fazer toda essa parte da pesquisa e, sendo um projeto de extensão, conseguir implementar nas comunidades”.

Banco da Amazônia investe em energia limpa e sustentável

Linhas de crédito impulsionam a expansão de sistemas fotovoltaicos em toda a Amazônia



Como financiar seu projeto de energia solar com o Banco da Amazônia

INCENTIVO

Cintia Magno

O compromisso global em limitar o aquecimento da Terra a 1,5°C até 2050 passa, necessariamente, pela transição para fontes de geração de energia renováveis e limpas. Nesse caminho, o Brasil se destaca: de acordo com a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), a energia solar já representa 22,2% da capacidade instalada da matriz elétrica brasileira, o que faz dela a segunda maior fonte de geração do país. Com isso, a fonte de energia solar evitou a emissão de cerca de 66,6 milhões de to-

neladas de gás carbônico (CO₂) na geração de eletricidade no país.

Especialmente na Amazônia brasileira, onde é registrado alto nível de incidência solar, essa tendência de fortalecimento da geração de energia fotovoltaica encontra um apoio importante nas linhas de financiamento do FNO Energia Verde, operado pelo Banco da Amazônia. Voltado para pessoas físicas e jurídicas interessadas em investir em energias renováveis, o programa vem facilitando o acesso a sistemas fotovoltaicos e outras tecnologias sustentáveis.

O gerente executivo do Segmento Empresarial do Banco da Amazônia, Luiz Louren-

ço, explica que o Banco da Amazônia dispõe de linhas específicas do FNO voltadas para as iniciativas que envolvem diferentes fontes de energia renovável. No caso da energia solar, pode ser financiada tanto a aquisição dos equipamentos, quanto a sua instalação. “Temos linhas empresariais para atender as pessoas jurídicas de todos os portes, desde o microempreendedor até as grandes empresas. Há também as linhas voltadas para as pessoas físicas. Aqui nós temos as melhores taxas e prazos do mercado e sem IOF”.

➔ CONTINUE LENDO
PÁGINA 6

Luiz Lourenço explica que é possível fazer o financiamento com base em Limite de Crédito e sem a necessidade de Projeto de Financiamento. Basta apresentar o orçamento das empresas especializadas, atender às condições e exigências do Plano de Aplicação do FNO e às devidas autorizações relacionadas a esse tipo de investimento. Ele aponta, ainda, que normalmente as propostas das empresas especializadas já contemplam tudo que é necessário para deixar o sistema fotovoltaico em pleno funcionamento. “Para aqueles que desejarem fazer Projeto de Financiamento ou não tenham condições de ter um Limite de Crédito mais robusto, temos a possibilidade de financiar empresas com carência e prazos mais longos, adequando-se ao fluxo de caixa e capacidade de pagamento.”

Como em qualquer instituição financeira, o processo de liberação do crédito demandará a realização de cadastro, a abertura de conta corrente em uma das agências do Banco da Amazônia e a apresentação da documentação necessária. A partir dessa documentação, será atribuído um limite de crédito para a empresa ou para as pessoas físicas. O gerente esclarece que, no caso das pessoas jurídicas, a documentação necessária envolve as demonstrações financeiras dos últimos 3 exercícios, o balancete mais recente, as informações dos sócios e outras documentações, dependendo do porte da empresa.

Quanto às pessoas físicas, é necessário apresentar comprovação de renda, comprovantes de endereço e a Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) atualizada. É importante lembrar que não pode haver restrições cadastrais para que ocorra o financiamento. “Não podemos esquecer do Projeto Técnico de instalação das Placas Solares de empresas especializadas. Durante a análise de crédito pode haver solicitação de documentação adicionais, pois há situações mais complexas. Não podemos esquecer também que o sistema deve ter as devidas autorizações da concessionária de energia na forma da legislação vigente”, complementa Luiz Lourenço.



Gerente executivo do Segmento Empresarial do Banco da Amazônia, Luiz Lourenço

“

Temos linhas empresariais para atender as pessoas jurídicas de todos os portes, desde o microempreendedor até as grandes empresas. Há também as linhas voltadas para as pessoas físicas. Aqui nós temos as melhores taxas e prazos do mercado e sem IOF”.

Luiz Lourenço, gerente executivo do Segmento Empresarial do Banco da Amazônia

NÚMEROS

5 milhões

de imóveis geram eletricidade fotovoltaica própria no Brasil, de acordo com a Absolar.

37,6 gigawatts (GW)

de potência instalada de energia solar no Brasil vem dos telhados ou quintais de imóveis particulares. Isso representa a maior parte do total de 55 GW de potência instalada operacional do país.

SETOR RURAL No caso dos produtores rurais, a possibilidade de financiamento de projetos de implantação de sistemas de energia solar é adaptada à realidade e às características da atividade. “Nos projetos de financiamento de energia solar para o setor rural, é possível conceder uma carência adequada e um prazo de pagamento que permite com que os produtores consigam honrar o compromisso de acordo com a sua capacidade de pagamento”, explica o gerente do Banco da Amazônia. “As placas Solares entram como itens financiáveis de modo similar a qualquer equipamento nos projetos. Temos condições especiais para os pequenos produtores, pois um dos objetivos estratégicos do Banco é justamente promover o atendimento dos pequenos portes.”

Para além da energia solar, o Banco da Amazônia também possui linhas de financiamento que permitem subsidiar outras formas de energia renovável, como Biomassa, Biogás, Pequena Central Hidrelétrica (PCHs) e Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs), em conformidade com o Plano de Aplicação dos Recursos do FNO. “Contamos agora, além do FNO, com recursos da AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento) que também podem ser aplicados em projetos de Energia Verde, reforçando o nosso compromisso com a sustentabilidade da Região Amazônica”, finaliza Luiz Lourenço.

A arte como pilar essencial para a consciência ambiental

Coletivo de Bragança desenvolve ações culturais para crianças, jovens e adultos, unindo a arte e a ciência em prol do desenvolvimento sustentável a partir da sensibilização da própria comunidade. Conheça o projeto

EDUCAÇÃO

Cíntia Magno

Mais do que entreter e emocionar, a arte também pode ser uma importante ferramenta para promover a conscientização ambiental. E é este entendimento que permeia as atividades desenvolvidas por um coletivo instalado na zona rural do município de Bragança, mais especificamente na Comunidade do Camutá. Sede do coletivo Águas do Caeté, a Casa da Mata desenvolve ações culturais voltadas, entre outras frentes de atuação, à conscientização sobre a correta utilização dos recursos oferecidos pela floresta.

Professora de biologia e coordenadora da Casa da Mata de Bragança, Kelle de Nazaré Cunha conta que o local é um espaço cultural que surgiu a partir da iniciativa dela e de um grupo de amigos. Ponto de cultura reconhecido pelo Ministério da Cultura, a casa recebe e reúne músicos, poetas, artistas, a comunidade LGBTQIA+, mestres da cultura popular, produtores culturais, universitários, professores, grupos artísticos, grupos de mulheres extrativistas e associações da sociedade civil diversas que acreditam no poder da arte como uma estratégia para amplificar, sensibilizar e problematizar para a sociedade causas e reivindicações diversas. “A gente vem desenvolvendo vários projetos e a bandeira que a gente levanta é a bandeira da ciência, da arte e da cultura. E a gente usa essa arte como ferramenta



EM IMAGENS

- 1 Oficinas práticas agroecológicas e permaculturais
- 2 Kelle de Nazaré Cunha
- 3, 4 e 5 Ações da Casa da Mata

FOTOS: REPRODUÇÃO

para sensibilizar”, pontua. “A gente faz isso por meio de ciclos de oficinas que, em sua maioria, são direcionadas à comunidade mesmo, com o objetivo de salvaguardar esses recursos naturais, essa história, o legado dessa ancestralidade da Amazônia”.

Entre as atividades desenvolvidas na casa, Kelle destaca um projeto de saneamento ecológico, além de atividades ligadas à permacultura e à agroecologia. Além das oficinas, desenvolvidas em parcerias com ONGs, e que são voltadas para a comunidade e para estudantes, o pró-

prio espaço se preocupa em tratar os seus efluentes. “O Camutá, onde a Casa da Mata está localizada, é muito significativo para Bragança e fica às margens do Rio Caeté, uma comunidade de extrativistas e produtores de farinha. Então, a gente desenvolve, por exemplo, medidas de tratamento de água através de tecnologias sociais, que são práticas de fácil replicação e que se deseja que sejam desenvolvidas em parceria com a comunidade. A gente faz, por exemplo, o tratamento da nossa água aqui na Casa da Mata”.

➔ CONTINUE LENDO
PÁGINA 8

Através de tecnologias sociais como o filtro de água cinza, a casa consegue tratar a água que sai da pia do banheiro, da máquina de lavar e do chuveiro. Essa água é direcionada para um sistema chamado Círculo de Bananeiras, que consegue promover o processo de limpeza dessa água de forma natural. Além dessa, também é feito o tratamento da chamada água escura, que é a que provém do vaso sanitário e que é tratada através de uma outra tecnologia social chamada de Bacia de Evapotranspiração (BET), uma fossa ecológica que recicla a água suja e devolve sem contaminantes para o meio ambiente. Além de contribuir com a sustentabilidade das próprias atividades da Casa, essas tecnologias também são usadas como meios de educação ambiental. “A gente usa essa fossa, por exemplo, para dar aula de química, física e biologia porque acontecem vários processos dentro dessa fossa. A gente recebe muitos alunos da UFPA (Universidade Federal do Pará), do IFPA (Instituto Federal do Pará), estamos fortalecendo os laços com os alunos da escola da comunidade, que é municipal”.

Destacando que a Casa da Mata está localizada no entorno da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu, uma unidade de conservação localizada no município de Bragança, Kelle considera que o papel das atividades desenvolvidas dentro do espaço cultural passa, necessariamente, pela conscientização da necessidade de preservação dos recursos naturais, mas também pela missão de contribuir com a preservação dos saberes tradicionais que estão ligados às comunidades que vivem no entorno. “Essas pessoas que a gente atende são pessoas que têm condições sociais, culturais e econômicas que se distinguem de outros setores. Elas são regidas total ou parcialmente pelos seus próprios costumes e tradições. Então, a gente tenta promover a proteção de culturas tradicionais dentro do ambiente que essas pessoas vivem e que a gente vive também. A gente tem uma grande sociobiodiversidade aqui, então, a gente tenta proteger essa diversidade biológica e, conseqüentemente, preservar a diversidade cultural”.

O projeto que vem sendo desenvolvido mais recentemente no espaço visa salva-



guardar justamente esse patrimônio cultural que está ligado aos povos originários da floresta. A coordenadora conta que, atualmente, o coletivo vem atuando para a criação do Ecomuseu do Caeté. “A Casa da Mata está localizada às margens do Rio Caeté, que é o rio que passa na frente da cidade. E aqui no entorno tem muitos fragmentos cerâmicos que a gente encontra, inclusive, aqui na superfície, passando no caminho. E eu comecei a guardar esses objetos que eu encontrava na superfície porque a gente está tentando organizar um acervo para montar um museu comunitário”, explica Kelle, ao contar que o projeto conta com a parceria do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). “A gente sabe que a Amazônia é terra indígena, então, a gente encontra vários fragmentos de ocupa-

ção humana aqui no entorno da casa, são fragmentos cerâmicos e líticos. E a gente precisa identificar esse material. O próximo passo é dar continuidade ao inventário participativo”.

Como parte desse projeto, uma oficina de arqueologia para crianças também já foi realizada no espaço, voltada principalmente para os alunos da escola municipal localizada na comunidade e que reúne crianças de 5 a 11 anos. Através dessas e outras ações de promoção da cultura, o que o espaço pretende é levar conscientização sobre a riqueza que marca a sociobiodiversidade amazônica. “Eu sou professora de biologia e acredito que a biologia não está dissociada da arte, da cultura. Então, a gente tenta usar a arte para sensibilizar as pessoas sobre problemas diversos”, finaliza Kelle.



Produção sustentável com um tempero especial

Conheça o trabalho da startup criada por duas irmãs paraenses e que está transformando a produção de pimenta-do-reino na região de Parauapebas, aliando a agricultura com a sustentabilidade

AGRICULTURA

Cintia Magno

Apurar o olhar para as novas tecnologias e inovações já desenvolvidas pode fazer a diferença entre manter o mesmo processo produtivo utilizado há anos e adotar um modelo que alie agricultura e sustentabilidade.

Estimuladas a pensar em negócios sustentáveis, as irmãs Thainara e Thayse Vasconcelos optaram pelo segundo caminho e vêm transformando a forma de cultivo de uma importante especiaria na região sudeste do Pará. Foi entre reuniões em salas de bate-papo virtuais que nasceu a startup DINAM (Diamante Negro da Amazônia), que hoje é tocada pelas irmãs. Thainara Vasconcelos, 23 anos, lembra que a ideia de trabalhar com a pimenta-do-reino surgiu a partir do olhar para as necessidades da própria região onde moram, em Parauapebas. “A DINAM surgiu como uma ideia em um programa de apoio ao empreendedorismo sustentável

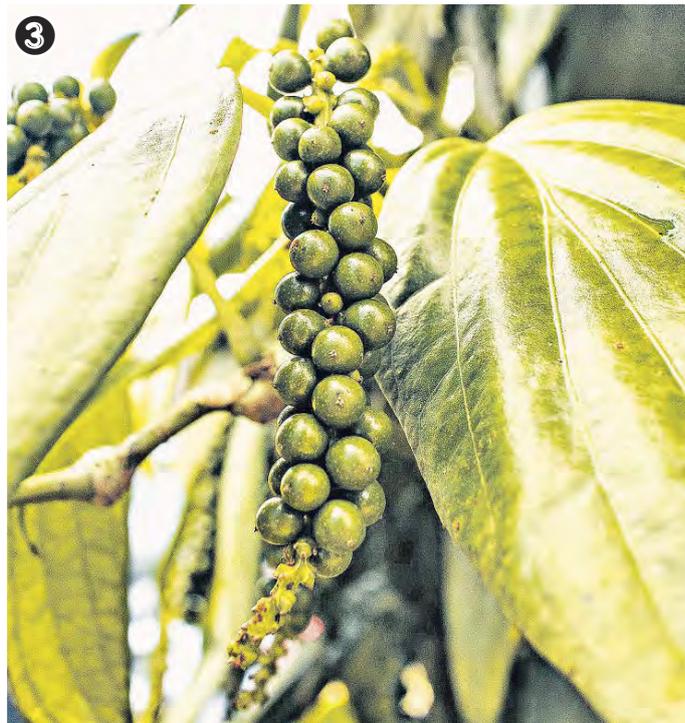
que ocorreu no finalzinho da pandemia. E, dentro desse programa, a gente foi estimulada a olhar para o nosso território, para a nossa região, identificar os problemas que aqui tem e pensar em soluções que fossem sustentáveis, tanto no setor econômico, quanto social e ambiental”.

Pesquisando sobre que setores poderiam atuar, elas conheceram alguns produtores de pimenta-do-reino de Carajás que puderam relatar quais eram os desafios enfrentados por eles na cadeia, além de destacar a importância da cultura para a economia do Estado, uma vez que o Pará é o segundo maior produtor de pimentado-reino no Brasil. Inicialmente, a equipe pensou em solucionar apenas o problema do escoamento da produção, mas logo viram a oportunidade de tornar aquela produção mais sustentável. “Depois de conversar muito mais com os produtores e entender como era produção, a gente percebeu que tinha que atuar além. A gente olhou para o início da cadeia e para como a pimentado-reino era produzida, ainda no modelo tradicional”, contextualiza Thai-

nara. A pimenta-do-reino é uma planta trepadeira e que, portanto, necessita de uma estaca para se apoiar, o que se conhece como ‘tutor morto’. Neste modelo tradicional, porém, em que se usa essa estaca de madeira, se identificou que os produtores enfrentavam dois problemas: o primeiro era o custo elevado da estaca, e o segundo era o impacto causado ao meio ambiente, já que era preciso derrubar uma árvore para utilizar a madeira para produzir as estacas. Foi neste ponto que as irmãs decidiram interferir. “O que a gente começou a fazer foi reproduzir e promover aquilo que a Embrapa já faz, que muitos produtores aqui no Pará também já estão fazendo, que é a substituição desse modelo tradicional que usa essa estaca de madeira cortada, por um modelo inovador, um modelo sustentável, que usando uma árvore chamada Gliricídia que serve como tutor para a pimenteira, um tutor vivo. E aí a gente vai ter então uma produção sustentável”.

➔ CONTINUE LENDO
PÁGINA 10

No modelo de cultivo que utiliza a Glicíndia como tutor, não apenas o custo de produção diminui para o produtor, como ainda se consegue promover o plantio de árvores enquanto se cultiva a pimenta-do-reino, contribuindo com o sequestro de carbono da atmosfera e com os demais serviços ambientais prestados pela vegetação. “Essa é uma tecnologia que a nossa Embrapa vem pesquisando há anos, é uma pesquisa que tem mais de 30 anos e tem muito produtor, inclusive aqui no Pará, já reproduzindo. E a ideia que a gente teve foi de promover cada vez mais isso para que novos produtores se interessem e para que aqueles produtores que já produzem no modelo tradicional também passem a produzir de forma sustentável para que, com isso, a gente tenha uma transformação positiva de toda a cadeia”. Thainara explica que a startup não tem produção própria, ela trabalha a comercialização da pimenta que é fornecida pelos produtores. Mas ao longo do seu processo, inclui a promoção do modelo sustentável de produção da cultura. “Inicialmente, a gente começa com o escoamento dos produtos, a gente tem produtores parceiros que produzem pimenta, fornecem os grãos e a gente comercializa através da nossa linha de produtos. E a segunda fase do projeto é a atuação em campo como produtor, levando essa tecnologia para campo, fazendo com que eles produzam essa pimenta de forma sustentável”, explica. “Não é o objetivo da DINAM ter produção própria, o objetivo é que a gente tenha esses produtores parceiros, que a gente leve essa tecnologia para campo, que a gente atue em toda cadeia, dê essa autonomia para eles, para que a gente possa, de fato, desenvolver a cadeia produtiva, o que acabou se tornando um dos nossos objetivos no meio do caminho”. Thainara conta, ainda, que através do programa de apoio ao empreendedorismo sustentável que participaram foi possível implantar, em Carajás, no Sudeste paraense, o primeiro pimental sustentável, em parceria com a Fundação Vale e outros parceiros. Com isso, a empreendedora destaca que foi possível levar essa tecnologia para a região e apresentá-la como uma possibilidade para os produtores locais. “Com



EM IMAGENS

1 a 3 A produção sustentável da pimenta-do-reino

4 Thainara e Thayse Vasconcelos

FOTOS: DIVULGAÇÃO

isso a gente conseguiu trazer essa tecnologia para cá porque, aqui, a pimenta aqui era mais produzida no modelo tradicional. A pimenta era muito mais produzida de forma sustentável próximo de Belém, em Tomé Açu, em Capitão Poço”. Para 2025, Thainara conta que, ao participar de outros programas de aceleração e conversar com pessoas do setor, surgiu a necessidade de pensar em um modelo que seja ainda mais adequado à realidade amazônica, o que levou a uma evolução do projeto que se mantém focado na produção de pimenta-do-reino, mas desta vez aliado a outras culturas. “A gente começou a olhar para o nosso projeto e ver que, levar o formato do pimental sustentável era um ponto positivo, porém, a gente ainda estava fazendo

monocultivo e no contexto de Amazônia isso fez com que a gente parasse e refletisse sobre o projeto. Então, a gente redesenhou todo o projeto e agora a gente está trabalhando não mais com os pimentais sustentáveis, mas em um projeto novo chamado SAF (Sistema Agroflorestal) com Pimenta, em que se produz pimenta do reino, integrando a pimenta junto com cacau, junto com o açaí”, conta. “Esse projeto vai recuperar áreas degradadas, fomentar a biodiversidade, melhorar a qualidade do solo e a gente consegue, dentro desse cenário, levar mais transformação e mais impacto para campo. A gente vai permanecer com a pimenta do reino produzida de forma sustentável, só que agora não mais no monocultivo e sim no sistema SAF”.

O PROJETO

● TRANSFORMAÇÃO

Estimuladas a pensar em modelos de negócios sustentáveis, as irmãs Thainara e Thayse Vasconcelos deram início a uma startup que busca não apenas comercializar uma especiaria muito apreciada pelos brasileiros, a pimenta-do-reino. Mais do que isso, as jovens decidiram levar conhecimento e inovação tecnológica aos produtores locais para contribuir com a promoção de uma agricultura mais sustentável na região onde moram, em Carajás, Parauapebas. Duas dentre tantos paraenses que não medem esforços para transformar a realidade de suas comunidades locais e contribuir com a sustentabilidade no estado do Pará.



NOSSA NATUREZA É

transformar.

O Grupo Alubar é uma empresa global que produz cabos elétricos, vergalhões e ligas de alumínio. Posicionado como um player estratégico no setor elétrico, os produtos da Alubar combinam segurança e tecnologia para atender às demandas de mercados altamente competitivos.

Fundada em 1998, a Alubar é líder na produção de cabos elétricos de alumínio em toda a América Latina e a maior fabricante de vergalhões de alumínio do continente americano, com instalações no Brasil, Canadá e Estados Unidos.

Presença global, compromisso local.

Na Alubar, expandimos nossas fronteiras e impulsionamos o desenvolvimento, sempre com um olhar atento e transformador.



Escaneie o QR Code e assista ao vídeo para saber mais sobre a evolução da nossa marca.



EMPREENDEDORES

Cintia Magno

O desenvolvimento econômico que é gerado como consequência de um trabalho centrado na preocupação ambiental e social é o foco de um modelo de negócio que tem despertado cada vez mais o interesse dos empreendedores paraenses, o empreendedorismo sustentável. Adaptáveis a diferentes áreas de atuação, os chamados negócios verdes já vêm transformando a realidade local através de soluções inovadoras e alinhadas com as melhores práticas ambientais.

Nascido e criado em uma família ribeirinha que, como tantas outras espalhadas pelo Pará, tem no açaí uma grande fonte de renda, o biólogo e empreendedor Mauricio Pantoja decidiu pensar fora do comum para mudar não apenas a sua realidade, como também a das comunidades que atuam em cooperação com o negócio criado por ele e pelo Jonathan Machado. Observando os entraves que a monocultura do açaí gerava para quem dependia exclusivamente da economia gerada pelo fruto, Mauricio e Jonathan consideraram que a solução poderia vir da diversificação de culturas, ideia que foi a origem da Tribo Superfoods, startup que foi vencedora da 11ª edição do Startup Day Belém na categoria bioeconomia. “A Tribo surgiu muito como um manifesto porque a gente está localizado em Igarapé-Miri, que é conhecida como a capital mundial do açaí. O açaí sempre foi dado como um dos principais frutos da bioeconomia para o nosso estado. Mas, aqui, a gente tem um problema que está se agravando com bastante frequência que é a monocultura do açaí”, explica Mauricio. “Todos os pequenos e grandes agricultores estão expandindo a plantação única de açaí, derrubando a floresta e deixando de cultivar outras culturas”. O empreendedor observou que, com o tempo, a monocultura do açaí passou a gerar um impacto tanto econômico para as famílias, na medida em que em algumas épocas do ano o fruto tinha a sua produtividade reduzida, quanto também ambiental. Já formado em biologia, ele considerou fazer algo que pudesse contornar a situação. “O açaí produz no nosso verão

A Tribo Superfoods se uniu à comunidade de Igarapé-Miri para produção de açaí FOTO: DIVULGAÇÃO



O retorno social como principal modelo de negócio

Conheça o trabalho de duas empresas que trabalham com o empreendedorismo sustentável, feito em parceria com as comunidades da Amazônia, em uma troca que beneficia toda a cadeia de produção

amazônico, então, são seis meses de açaí e nos outros seis meses grande parte dos produtores, principalmente os pequenos, não tem açaí para vender. E se eles estão vivendo na monocultura, ou seja, se eles só produzem açaí, são seis meses que eles ficam sem renda”, destaca. Comprando a produção dessas comunidades e cooperativas locais, hoje a startup atua com a comercialização de açaí e cupuaçu em polpas congeladas e em pó, além do cacau, outra cultura nativa da região que estava perdendo espaço, mas que passou a ser mais uma alternativa de ganho para as comunidades durante a época de entressafra

do açaí. “Temos o objetivo de fazer com que os produtos que a gente vende sejam produtos de alto valor, que a gente consiga agregar valor para essas comunidades, que a gente consiga pagar mais do que os outros compradores locais e que a gente consiga entregar para o consumidor final produtos com super qualidade, certificados, orgânicos. Então, a comunidade acaba ganhando da mesma forma que a gente, como startup, e que os nossos clientes também ganham”.

O fato de o próprio CEO da startup também ser oriundo de uma comunidade tradicional ribeirinha acaba geran-

do um outro significado para o negócio. “Quando, por exemplo, eu vou fazer um alguma reunião com alguma cooperativa local, eles me conhecem e falam: ‘Ah, é o filho da dona Orlandina, que é da cooperativa’. Então, a gente tem essa relação muito próxima com as cooperativas que faz com que seja uma cobrança diferente e uma cobrança boa porque eles sabem o que esperar da gente, eles sabem que a gente conhece a realidade”, considera. O olhar voltado para o social e o ambiental também norteia o trabalho da Ver-o-Fruto, empresa criada pela engenheira de produção Ingrid Teles. Através da venda de produtos de higiene e cuidados com a pele desenvolvidos a partir de insumos locais, o empreendimento leva água de qualidade para comunidades ribeirinhas do entorno da capital paraense. “A Ver-o-Fruto nasceu de dois incômodos grandes, que era a grande quantidade de carochos de açaí que nós temos em Belém e o segundo foi que, depois de participar do Círio Fluvial, me deparei com um senhor tomando banho no rio e me questionei, naquele momento, qual seria a qualidade da água que aquelas pessoas tinham acesso?”. “Nós iniciamos com a pesquisa, fizemos alguns testes e conseguimos comprovar que o que nós tínhamos feito, naquele momento, conseguia deixar a água livre de impurezas, principalmente de bactérias e de coliformes”. A pesquisa ganhou uma premiação de inovação e empreendedorismo, e o negócio ganhou seis meses de incubação no Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá. Foi lá que Ingrid passou a ser, além de pesquisadora, também empreendedora. Ao fazer a sua primeira pesquisa de mercado, ela percebeu que precisaria mudar um pouco os rumos do negócio que, inicialmente, tinha como produto o sistema de tratamento de água desenvolvido por sua pesquisa. “Foi quando eu fiz outra pesquisa de mercado e entrei no mercado de higiene e cuidados com a pele”, lembra.

Hoje, a empresa tem como objetivo central conseguir levar água de qualidade para as comunidades ribeirinhas. “Eu participei de alguns programas de aceleração, como o Inova Amazônia, do Sebrae, como o BNDES Garagem e através de todas essas acelerações eu consegui casar os dois modelos de negócio

Região tem vocação para empreendimentos ambientais

⬇️ A possibilidade de causar impacto ambiental e social positivo na Amazônia, ao mesmo tempo em que se promove a geração de renda, é potencializada pela própria vocação da região. Mais do que isso, a gerente de Sustentabilidade e Inovação do Sebrae-PA, Renata Batista, destaca que os empreendedores do Estado têm conseguido aproveitar muito bem esse potencial. “O Pará tem um enorme potencial para o empreendedorismo sustentável, os negócios verdes, e isso muito em função da nossa vocação enquanto território, da nossa biodiversidade, dos recursos naturais que nós temos”, avalia. “E nos últimos anos o nosso Estado vem se destacando na promoção desses negócios muito em função do

impulsioneamento de políticas públicas, de iniciativas que equilibram o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental”. Renata explica que uma economia que exemplifica muito essa prática é a bioeconomia. Segundo a especialista, esse segmento tem apresentado um potencial e um crescimento muito significativo no Estado do Pará. “É a associação de um negócio que tem como característica o lucro, o desenvolvimento econômico, a geração de renda, mas sem prejudicar os nossos recursos naturais, sem prejudicar a preservação ambiental”. Renata lembra que todos os segmentos de negócio podem ter essa característica de preocupação com o meio ambiente. Renata aponta que, nos

últimos anos, o próprio Sebrae tem percebido o crescimento do interesse de empreendedores locais por modelos de negócios que tenham a preocupação com a sustentabilidade como foco. “Inclusive, o Sebrae se posicionou como uma instituição que fomenta esse tipo de negócio, elaborando programas específicos para trabalhar a sustentabilidade e negócios verdes, como, por exemplo, programas de fortalecimento de negócios inovadores da bioeconomia, como o Inova Amazônia; programas de aceleração de negócios de impacto socioambiental, que são negócios que já são criados dentro dessa lógica de preocupação com a conservação de recursos naturais e benefícios sociais”, enumera

que eu tenho”, explica Ingrid. “Então, hoje, com a venda de cada produto meu - que não é mais só um sabonete, temos hidratante, temos shampoo e condicionador em barra - a gente consegue levar até 5 litros de água para comunidades ribeirinhas amazônicas”.

Esse abastecimento é possível através do sistema de tratamento de água da Ver-o-Fruto. Cada produto de higiene feito com insumos amazônicos que é vendido pela empresa, tem parte do dinheiro destinado para financiar o projeto que leva água de qualidade para comunida-

des ribeirinhas. “No ano passado nós participamos de uma ação junto ao Sebrae, onde eles compraram os nossos produtos para dar de brinde dentro de um stand em uma feira deles. Com essa ação, nós vamos conseguir levar acesso à água tratada e segura para 10 famílias durante um ano, aqui na Ilha do Combu”, exemplifica. “Então, toda vez que uma pessoa compra os nossos produtos, ela não está fazendo bem só para a sua pele, ela está colaborando com o meio ambiente e causando impacto positivo na Amazônia”.



Compartilhando saberes e preservando diálogos

Tendo em vista que as comunidades são barreiras importantes para conservar o meio ambiente, pesquisadores lançam projetos para trocar experiências e garantir soluções à preservação

PESQUISAS

Cintia Magno

Estimuladas a pensar em negócios sustentáveis, o saber desenvolvido e perpetuado pelos povos e comunidades tradicionais ao longo dos séculos são fundamentais para o entendimento de como é possível promover a floresta em pé e os rios fluindo. Não à toa, um levantamento realizado pelo MapBiomás e divulgado pelo Observatório do Clima constatou que as terras indígenas (TI) são as áreas mais preservadas do Brasil. Entre os anos de 1985 e 2023, as TIs perderam apenas 1% da sua vegetação nativa, enquanto, no mesmo período, as terras privadas perderam 28%. Dados que apenas reforçam a contribuição inestimável dessas comunidades para a preservação ambiental.

O professor do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Pará (UFPA) e docente nos programas de Pós-graduação em Zoologia (UFPA/MPEG), Ecologia (UFPA/Embrapa Oriental), Ecologia Aquática e Pesca (UFPA) e Ecologia e Conservação da

Biodiversidade (Unemat), Leandro Juen, lembra que, hoje, os territórios tanto de comunidades quilombolas, quanto dos povos originários, funcionam como barreiras muito importantes contra o desflorestamento e a degradação ambiental. “Essa proteção não é fruto de grandes estruturas de fiscalização, que na maioria das vezes essas populações não estão organizadas de forma a fiscalizar tanto o seu território, mas sim em um profundo vínculo desse conhecimento e desse respeito que eles têm, da visão sobre a terra, e sobre a floresta e sobre toda essa diversidade”. Muitas vezes, os povos e comunidades tradicionais são protagonistas silenciosos na preservação da floresta na Amazônia. O professor destaca que grande parte dos territórios que eles vivem abriga uma das maiores biodiversidades da Amazônia e do planeta. Por isso, é tão importante ‘jogar luz’ sobre o que esses povos fazem de maneira tão natural, em seus territórios. “Essa contribuição para a conservação é porque o modo de vida que eles têm é baseado no uso sustentável dos recursos na-

turais. Por exemplo, por gerações e gerações eles convivem de forma muito harmoniosa com as condições do ambiente e realizando um manejo cuidadoso do ambiente, o que vai garantir um equilíbrio ecológico e, ao mesmo tempo, a continuidade dos ciclos naturais”, considera. “Então, eles têm um conhecimento muito grande sobre como funciona o ciclo das espécies, dos organismos que vivem lá, sabem quando são as épocas que pode caçar, quando pode pescar, quando não pode porque esse grupo está em reprodução”. Alimentados com esses saberes, essas comunidades conseguem retirar o alimento da floresta, ao mesmo tempo em que garantem que a natureza consiga seguir o seu ciclo natural. Em um exemplo prático, Leandro Juen considera que se existem 20 antas em determinado território e os povos que lá vivem matam duas ou três para a sua alimentação, o ciclo natural da espécie permitirá que a população de antas continue de forma estável no território. O professor considera que, no caso, por exemplo, das comunidades indígenas, esse cuidado está na própria forma como

a floresta está profundamente entrelaçada com a forma de visão que eles têm do mundo. “É que a terra não é só um recurso, não é só um meio de subsistência deles. Eles tratam a terra como se fosse um ente vivo. E eles têm essa relação com a terra, com o ambiente, que é uma relação material, porque eles usam ela como recurso, mas que também é espiritual e cultural. Então, é diferente da forma que nós vemos”, analisa. “As práticas tradicionais deles - quer seja a agricultura, caça, pesca e a coleta, porque eles são povos mais coletores do que da agricultura - são muito pautadas em regras e questões de uso coletivo. Vai ter um período de descanso da terra, então eles usam muito as roçadas de coivara, por exemplo, que são pequenas áreas que são usadas por um período e que depois ficam descansando para dar tempo de se recuperar”. Da mesma forma, as comunidades quilombolas também salvaguardam um conhecimento preciso sobre os ciclos da natureza, de forma a atuar para não interferir na regeneração dos ecossistemas. “Os quilombolas desenvolveram práticas agrícolas extrativistas e culturais muito interessantes, importantes, que favorecem essa biodiversidade e mantêm paisagens agroflorestais ou de desenvolvimento sustentável, que auxiliam tanto a produção, então, eles conseguem produzir para retirar o alimento, ao mesmo tempo que eles conservam o ambiente”, considera o professor. “Uma outra coisa que é muito importante também é que eles têm uma visão na proteção dos ambientes aquáticos, das proteções de nascentes, a conservação da mata ciliar dos nossos igarapés que são muito importantes, e sempre mantendo a floresta em pé. Então, essa forma de visão que eles têm é diferente da nossa forma em que, muitas vezes, a gente vê tudo como só um recurso a ser explorado”

CIÊNCIA

Leandro Juen destaca que houve uma mudança de cenário quando o que se conhece como ciência ocidental passou a entender o quão precioso é o saber dos povos originários e tradicionais. “A ciência começou a entender que todas as soluções para as mudanças climáticas, para a sustentabilidade, têm que vir a partir de soluções baseadas na natureza. E quem mais que convive, há séculos, mantendo a floresta em pé,



EM IMAGENS

1 a 4 Leandro Juen e equipe de pesquisadores em atuação junto aos povos originários

FOTOS: DIVULGAÇÃO

os rios fluindo e com a água potável que os povos originários e as comunidades tradicionais?”, atenta. “Então, infelizmente, eu acho até que a gente demorou para entender que as soluções estavam muito próximas ao conversar e dialogar com esses povos”. Essa visão já permeia alguns dos projetos desenvolvidos no âmbito da Universidade Federal do Pará. “Atualmente, nós temos alguns projetos grandes da universidade que estão, principalmente, buscando dialogar com as comunidades porque a gente acredita muito na contribuição que elas fazem”, aponta Leandro.

Entre os programas que já realizam esse diálogo com as comunidades, o professor cita o Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia - Sínteses da Biodiversidade Amazônica (INCTSinBi-Am), o Programa de Monitoramento da Biodiversidade da Amazônia Oriental (PPBio-AmOr) e o Centro Integrado da Sociobiodiversidade Amazônica (CISAM), todos com sede na UFPA. Neles, os pesquisadores conseguem ir até as comunidades e trabalhar em conjunto, construindo perguntas, métodos e soluções para os desafios que a conservação

ou a preservação trazem. “Um exemplo de outro projeto é com os povos Panará, onde há uma parceria entre a Conservação Internacional, a UFPA, o Museu Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e onde nós estamos trabalhando com o monitoramento participativo no território deles”, explica ao professor, ao se referir ao projeto que tem como objetivo estabelecer um sistema de monitoramento da biodiversidade no Território Indígena Panará, localizado entre os estados do Pará e Mato Grosso.

Junto com os pesquisadores dessas instituições, também atuam os pesquisadores Panará, que acompanham todo o processo, inclusive ajudando a definir as metodologias utilizadas. “Então, existe uma troca muito grande de conhecimento. Neste momento, a gente está com 15 pessoas da nossa equipe lá, vão passar um mês com eles, aprendendo e tentando construir junto o conhecimento da biodiversidade. A gente acredita que só aliando forças, aliando o conhecimento, é que a gente consegue ter, de fato, soluções eficazes, duradouras e justas contra as mudanças climáticas”.



A união que faz a força e constrói um futuro

Empreendedores se unem às comunidades para explorar o potencial socioeconômico local, sustentável e respeitando a cultura amazônica. Conheça uma dessas iniciativas e associação criada para reunir empresas

BIOECONOMIA

Cintia Magno

A biodiversidade da Amazônia e a integração dela com os saberes salvaguardados pelas populações tradicionais que vivem na floresta são responsáveis por gerar um potencial socioeconômico extraordinário para os territórios que estão inseridos no bioma. Potencializada por uma diversidade sociocultural única, a biodiversidade presente no Estado do Pará representa uma enorme oportunidade de desenvolvimento econômico ligado ao uso sustentável de recursos naturais, como os produtos florestais não-madeireiros. E esse potencial já vem sendo muito bem aproveitado por negócios que se voltam para a riqueza da floresta em pé.

Foi justamente no interior da mata preservada que compõe a Ilha de Cotijuba, em Belém, que as empreendedoras Kátia e Tainah Fagundes, mãe e filha, enxergaram na natureza a possibilidade de garantir não apenas a própria renda, mas também a de várias outras mulheres da comunidade que vivem em meio à floresta.

A iniciativa de empreender a partir de um

novo olhar para a cultura da borracha presente nos seringais de Cotijuba surgiu de Kátia, artesã e artista autônoma que se viu diante da responsabilidade de educar e sustentar três filhos, mas que sempre carregou consigo um olhar pautado pela sustentabilidade.

Buscando construir um novo ciclo para a borracha amazônica, onde todos os envolvidos são protagonistas do processo, a iniciativa levou o maquinário que possibilita o beneficiamento do látex para dentro da floresta, valorizando o insumo que faz parte da biodiversidade amazônica sem deixar de garantir o manejo sustentável do recurso natural e geração de renda não apenas para mãe e filha, mas também para as mulheres da comunidade extrativista de Cotijuba onde está o seringal, uma construção coletiva. “A gente estuda o tema da borracha na escola, mas ela parece tão distante da gente, tão despertencida, que a gente nunca achou que seria possível isso estar mais próximo. Então, quando a gente vai por dentro de um seringal, mergulhar nesse fazer e entender todas as histórias que a Amazônia passou com a borracha, a gente vê que tem como recomeçar um novo ciclo dessa borracha pelo olhar da economia criativa, somando a essa economia da floresta”, considera Tainah.

Neste reencontro com uma nova economia da borracha, o que as empreendedoras perceberam foi que era possível não apenas desenvolver uma coleção firmada na cultura e na identidade amazônica, mas também construir novas formas de trabalho. “Não é só sobre um produto com design, mas um produto com design e com histórias, onde as pessoas envolvidas também têm sonhos, não que rem só extrair a o látex, mas também querem aparecer”, aponta. “E hoje o trabalho da Da Tribu está, realmente, pautado em ampliar cada vez mais esses grupos produtivos, nesse protagonismo dessas mulheres que, até então, também não eram incluídas ou eram invisibilizadas demais nesse processo da borracha porque elas são parceiras, são filhas, são pessoas muito próximas do trabalho desse seringueiro, mas que elas não apareciam”.

O maquinário levado pela marca para dentro da comunidade possibilitou a produção de biomateriais que foram desenvolvidos ao longo de quase 10 anos de pesquisa e aprimoramento. Com isso, a produção do tecido e do fio de algodão banhado pelo látex amazônico não apenas abastece o mercado da moda com um produto mais sustentável, mas também ajuda a

garantir a obtenção de recursos a partir da floresta em pé. “Eu sempre brinco que o tecido de borracha não dá no pé da árvore. O que dá na árvore é seringueira. O que tem, agora, é um conhecimento com inovação, com pesquisa, com tecnologias associadas, mas podendo fazer diferente e não tirar esse conhecimento da floresta, mas sim deixá-lo ali, levando mais valor, aumentando o valor econômico, levando renda, fazendo a transformação, no local, para aquelas pessoas”, considera Tainah. A

SOCIAÇÃO

Esse potencial infinito de transformação dos produtos florestais não madeireiros também é percebido por dezenas de outros empreendedores que encontram na biodiversidade da Amazônia a possibilidade de transformar não apenas os seus negócios, mas as vidas de quem vive nas suas comunidades.

Tendo em comum o objetivo central de utilizar o bioma e o estilo de vida amazônico como principal fonte de inspiração para fazer negócios, mas também como uma forma de proteção e de valorização da Amazônia e do seu modo de vida, 75 diferentes negócios decidiram se reunir em uma única associação, a Associação de Negócios da Sociobioeconomia da Amazônia (Assobio). Presidente da Assobio, Paulo Reis explica que a organização é formada por pequenos e médios empreendedores que estão espalhados por toda a Amazônia Legal.

Paulo aponta que cerca de 60% dos negócios são voltados para alimentos e bebidas, outros 20% voltados para cosméticos e os outros 20% restantes de setores como serviços, educação, tecnologia, design, moda, acessórios, artesanato. “A gente é fruto de um ecossistema que vem se aquecendo, especialmente desde 2018 e 2019, que foi até quando o próprio termo bioeconomia começou a ser usado com mais frequência e vários programas começaram a ser feitos para estimular que houvesse soluções baseadas em uma economia de floresta em pé”, conta Paulo Reis. “Então, todos nós associados participamos de vários programas de incubação, aceleração, editais de fomento, que fizeram nascer um grupo de negócios que foi amadurecendo, até que em 2023 se transformou na associação”.



1 Tainah (em pé) com o maquinário na comunidade de Cotijuba 2 Tecidos da Da Tribu 3 Paulo Reis 4 Mulheres que atuam na produção das peças da Da Tribu 5 Extração do Latex FOTOS: DIVULGAÇÃO

Através do trabalho associativo, os negócios buscam uma compensação aos desafios enfrentados por quem empreende na Amazônia carregando a proposta de gerar um impacto socioambiental positivo. “Nós enxergamos que o maior potencial para o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia, ou seja, para que a gente melhore as nossas condições de vida, nosso salário, emprego, renda, qualidade de vida, é que se invista em pequenos e médios negócios ligados à bioeconomia. Primeiro porque esses pequenos e médios negócios ligados à bioeconomia estão conectados com o conhecimento tradicional, eles aproveitam o conhecimento tradicional de uma forma valorizada, de forma saudável.

A segunda coisa é o impacto que pequenos e médios negócios da economia podem ter nas cidades amazônicas. O terceiro ponto é uma noção de escala que vem através de um conjunto de pequenos e mé-

ENTENDA

● A biodiversidade característica da região amazônica já é apontada como uma nova economia para a região. Realizado pelo WRI Brasil em parceria com 76 especialistas de instituições científicas de diversas regiões, o estudo “A Nova Economia da Amazônia” destaca a importância da bioeconomia, considerando-a como uma economia capaz de desenvolver a partir de atividades econômicas que não quebrem o complexo equilíbrio ecológico que garante a saúde da floresta e dos rios e que, mais do que isso, consegue integrar a inovação. ● De acordo com o estudo, a bioeconomia da Amazônia - baseada em apenas 13 produtos primários para os quais se tem dados seguros - gera atualmente um valor agregado de R\$ 9,5 bilhões e uma massa salarial de R\$ 1,89 bilhão em toda a cadeia, considerando os setores primário, secundário e terciário. E, neste contexto, o Estado do Pará desponta na liderança da bioeconomia, participando com 73% da massa salarial da Amazônia Legal (AML).

dios negócios”, avalia. “Através dos dados da Assobio, talvez a gente consiga demonstrar que essa tese faz sentido. Hoje, os 75 associados da Assobio geram, juntos, impacto positivo em mais de 50 mil hectares de floresta amazônica, em mais de 87 mil pessoas nas suas cadeias produtivas, gerando diretamente mais de 700 empregos. Sem contar mais de uma dezena de milhões de reais que todos os anos esses negócios compram conjuntamente, portanto, gerando renda para povos e comunidades tradicionais da Amazônia”.

1



Para apreciar e também preservar nossas belezas

A busca por um turismo sustentável move projetos que são desenvolvidos no Estado, onde o potencial turístico é explorado, sem agredir a natureza. Conheça duas dessas iniciativas, em Belém e Barcarena

POTENCIAL

Cintia Magno

As quase 40 ilhas que compõem a região insular da capital paraense, assim como as praias e rios espalhados pelas diferentes regiões do estado, são um convite para um tipo de turismo que valoriza o interesse do turista pelo contato próximo com a natureza. Neste ponto, o Estado do Pará guarda um potencial enorme e que já vem sendo aproveitado por

iniciativas de pessoas que, não apenas buscam aproveitar as belezas naturais do Pará, como também se preocupam em fazer isso de maneira sustentável. Tendo como pano de fundo os cenários exuberantes das praias localizadas no município de Barcarena, Daniel Lemes de Oliveira não pôde deixar de perceber o que tantos visitantes perdiam quando iam à cidade e praticamente não saíam dos hotéis se não fosse para cumprir suas agendas de trabalho. Morador de Barcarena há 15 anos, e um apaixonado declarado pelo município, Daniel viu aí a oportunidade de aproveitar o potencial da

região para o ecoturismo, se preocupando em alinhar sua atuação aos princípios da sustentabilidade.

“Isso foi um grande start para a gente iniciar a nossa agência. Hoje, a gente traz o contexto da comunidade, das belas praias que nós temos no município e isso faz com que os trabalhadores que estão na região tenham a possibilidade de conhecer um pouquinho mais a Amazônia”.

Daniel conta que a ideia surgiu quando ele participava de um programa chamado Embarca Amazônia, realizado pelo Centro de Empreendedorismo da Amazônia em parceria com a Hydro, e que tinha o ob-



jetivo de fomentar a criação de negócios sustentáveis na Amazônia. Inicialmente, a agência de turismo iniciou com um único roteiro, hoje já são 10. “Dentro do projeto que a gente participou, o programa Embarca Amazônia, uma das dores que a gente identificou em Barcarena é que a gente não tinha uma agência de turismo para oferecer o melhor que a gente tem. Então, quando a gente visualizou isso: é uma agência de turismo e é uma agência de turismo com base comunitária, com o turismo receptivo que a gente precisa desenvolver e foi isso que aconteceu”.

Além do turismo receptivo, que envolve a participação de comunidades locais; a agência também atua com turismo imersivo, levando os próprios barcarenenses para conhecer outras localidades do município, e ainda como operadora de turismo comercializando pacotes aéreos e de cruzeiros para outros países. Dentro do leque de atuação da agência, as comunidades tradicionais de Barcarena desempenham um papel fundamental. “Hoje, a gente trabalha com duas comunidades, a da Ilha de Trambioca e do Arapari. As duas comunidades abraçam o nosso projeto, fazem com

que as pessoas cheguem e sintam-se à vontade, sintam-se em casa. Essa é a nossa maneira de abraçar o turismo comunitário, gerar renda para essas famílias e mostrar o potencial turístico que Barcarena tem”.

Não apenas nos roteiros, mas também no nome da iniciativa, Mortiguras Turismo, Daniel destaca que mantém sempre a preocupação de resgatar e valorizar a história do município. Mortiguras é o nome de uma grande aldeia indígena que ficava localizada às margens da Baía do Marajó, no município de Barcarena, e que na época da colonização foi transformada em uma Missão Jesuítica. “Em 1658, a chegada dos jesuítas na região de Barcarena, no baixo Tocantins, traz uma experiência para eles de uma tribo gigantesca, uma comunidade gigantesca indígena. Então, paralelo a isso, teve muitas pessoas vindo para essa região. E o nome de Mortiguras estava ficando apagado, esquecido na história. A gente foi lá, recuperou toda essa cultura, essa história do município”, conta Daniel. “Hoje, por onde andamos, levamos um pouco de Barcarena, mostrando e evidenciando que o nosso município tem muitas riquezas históricas e culturais e de uma beleza natural exuberante”.

BELÉM

Uma beleza natural exuberante também margeia a região das ilhas de Belém. Não à toa, até mesmo a mais rápida visita à capital do Estado do Pará, hoje, costuma incluir uma esticada até a Ilha do Combu, onde algumas iniciativas buscam oferecer essa conexão próxima com a natureza, mas sem abrir mão dos princípios da sustentabilidade. “Nada começou para empreendimento, era apenas um espaço para descanso das proprietárias, que são a Graziela e a Ana. E aos poucos alguns amigos começaram a pedir para fazer um aniversário, uma reunião e as coisas foram acontecendo. Hoje, nós somos um espaço de locação e realizamos mais eventos corporativos”, conta a gerente do Espaço Aruna, Kátia Dalmoneck. Com uma vista privilegiada de Belém a partir do rio, o espaço costuma receber eventos comemorativos e corporativos na Ilha do Combu desde 2017, mas sempre buscando uma convivência de respeito com a natureza e com as comunidades que ali vivem.



Erguido com materiais naturais e regionais, o espaço mantém a prática da coleta e separação do lixo para a reciclagem, fossa ecológica e busca eliminar ou reduzir ao máximo a utilização de plástico em seus processos e eventos. Para a professora da Faculdade de Turismo da Universidade Federal do Pará (UFPA), Silvia Helena Ribeiro Cruz, para que o turismo ligado à natureza faça sentido, ele precisa ser sustentável. E lembra, ainda, que qualquer tipo de turismo pode e deve ser sustentável, se adotadas as medidas adequadas. “Nós ente demos o turismo sustentável como uma prática que pode ser adotada por qualquer outro segmento do turismo. O turismo sustentável é como se fosse um eixo transversal para qualquer tipologia do turismo, para qualquer segmento do turismo. Eu digo isso porque a sustentabilidade é uma prática que qualquer pessoa pode adotar nos seus meios de produção e o turismo é um desses”, esclarece.

“Então, se eu desenvolvo o turismo de sol e praia, por exemplo, eu posso adotar práticas sustentáveis dentro dele. Eu crio alguns procedimentos, por exemplo, de usar o meio de transporte para transportar os meus turistas, que não tenha queima de combustível fóssil; eu posso não usar plásticos dentro dos produtos que eu vou consumir; eu posso ter uma prática de usar insumos alimentícios que estejam dentro de uma alimentação orgânica. Então, o turismo sustentável é, na verdade, um processo transversal para qualquer prática de turismo”.

Tendo isso como balizador da atividade, o que não falta no Estado é potencial para o desenvolvimento de um turismo que valorize os recursos naturais. “Nós temos, no estado do Pará, cinco ou seis regiões turísticas. Então, cada região do estado tem as suas especificidades, as suas características. Por exemplo, o Marajó é uma dessas regiões turísticas que apresenta grandes potencialidades, tem recursos. Já se

EM IMAGENS

1 e 3 **Belém tem uma** riqueza natural importante para o turismo sustentável

3 **Daniel Oliveira**

4 **Kátia Dalmoneck**

FOTOS: CINTIA MAGNO

desenvolve o turismo, principalmente na região dos campos, dentro dessa perspectiva do ecoturismo”, pontua. “Então, em várias regiões do Estado do Pará, a gente diz que existem as potencialidades para isso. Tem a potencialidade do Marajó; da própria Região Metropolitana de Belém com as nossas ilhas; a região do Nordeste Paraense, que não é só praia, é riquíssima em praias, em manguezais, em florestas; nós temos a região do Sul e Sudeste do Pará; o próprio Oeste do Pará com a própria região de Santarém. Então, nós temos, sim, recursos”.



Com o crédito do Banco da Amazônia, a energia limpa se torna cada vez mais presente no Pará.

O Banco da Amazônia acredita em quem move o Pará com responsabilidade e visão de futuro. Por isso, oferece soluções de crédito que viabilizam projetos de energia solar, eólica e outras fontes renováveis. Uma forma inteligente de reduzir custos, gerar autonomia energética e impulsionar o crescimento sustentável de empresas, produtores rurais e empreendedores da região.

Invista em energia limpa com o banco que investe no potencial da Amazônia.

Abra
sua
conta



BANCO DA AMAZÔNIA

A Claro
tá na sua
tá na minha,
tá na nossa
família.

Claro

TALENT



ACESSE: CLARO.COM.BR/TANASUA

Consulte condições de aquisição.